



SOCIEDADE

# Feminicídio é recorde em 2025; 4 mortes/dia

Entre os municípios, Brasília está em terceiro lugar, com 28 anotações. Levantamento do Ministério da Justiça mostra que no ano passado foram registrados 1.470 homicídios resultantes da violência de gênero

» CAETANO YAMAMOTO\*

Uma média de quatro mulheres assassinadas por dia e um total de 1.470 homicídios resultantes da violência de gênero. Este é o balanço do feminicídio em 2025, segundo dados divulgados ontem pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública com base em dados reunidos pelo Sistema Nacional de Segurança Pública (Sinesp). Na comparação com 2024, os números do ano passado representam um aumento de 0,41%. Tal avanço é um recorde na morte de mulheres vitimadas pela brutalidade de maridos, companheiros, filhos e pais.

Estes números, porém, devem aumentar. Isso porque falta atualizar as informações de Alagoas, Paraíba, Pernambuco e São Paulo relativas a dezembro.

No total, 15 estados tiveram aumento nos casos de feminicídio de 2024 para 2025. São Paulo está no topo da lista dos feminicídios, com 233 casos. Minas Gerais (139), Rio de Janeiro (104) e Bahia (103) vêm na sequência. Em média, foram assassinadas 1.345 mulheres, por ano, em 10 anos — ao todo, 13.448 foram mortas nesse período pelo simples fato de serem mulheres.

No que se refere aos municípios, Brasília ocupa a terceira colocação da estatística, com 28 feminicídios. São Paulo está à frente do levantamento, com 58, seguido do Rio de Janeiro, com 47.

O Código Penal passou a tipificar o feminicídio no Brasil em 2015 e refere-se a crimes cometidos contra elas em contextos de violência doméstica, familiar ou motivados pela misoginia. A advogada criminalista Giovanna Guerra diz que a Lei 14.994/2024 alterou a versão de 11 anos atrás, tornando o feminicídio um delito cuja pena vai de 20 a 40 anos de prisão, maior do que a do homicídio qualificado comum.

“Além disso, a lei prevê aumento da pena em situações ainda mais graves. Isso ocorre, por exemplo, quando o crime é praticado durante a gestação, nos três meses após o parto ou quando a vítima é mãe ou responsável por criança, adolescente ou pessoa com deficiência,”

salientou.

Giovanna explica que o que difere o homicídio do feminicídio é o motivo por trás do crime. No primeiro, a vítima é assassinada independentemente de quem seja. No segundo, ela é morta pelo simples fato de ser mulher. “A Lei do Feminicídio representa que o Estado encontrou uma forma de reconhecer que muitas mulheres são mortas dentro de um ciclo de violência contínua. E pretende punir com mais rigor esse crime, que se relaciona ao comportamento machista de muitos homens”, explicou.

O levantamento do Sinesp mostra, ainda, que as tentativas de feminicídios foram 3.702 em 2025, o equivalente a 10 mulheres vitimadas por dia. São Paulo está na frente da estatística, com 677 registros. Em seguida, vêm Rio Grande do Sul e Bahia com 264 e 254, respectivamente. Na comparação com 2024, os dados do ano passado aumentaram 16,23%.

## Ciclo violento

De acordo com o criminalista Leonardo Tajaribe Jr., o feminicídio jamais surge de forma abrupta. Costuma ser o resultado final de uma escalada de violência assim dividida: aumento da tensão (ofensas verbais, crises de ciúme e destruição de objetos), ato de violência (agressão física, sexual ou psicológica grave) e “lua de mel” (o agressor pede perdão, mostra-se arrependido e promete mudar; com o tempo, essa fase desaparece e as agressões tornam-se frequentes).

“A vítima de violência doméstica e familiar deve procurar um advogado criminalista assim que identificar sinais consistentes de risco, ainda que não haja agressão física consumada. A violência psicológica, ameaças reiteradas, perseguição, controle excessivo ou medo concreto justificam uma orientação técnica imediatamente. Por isso, a intervenção técnica precoce é um fator de proteção real, e não meramente formal”, advertiu.

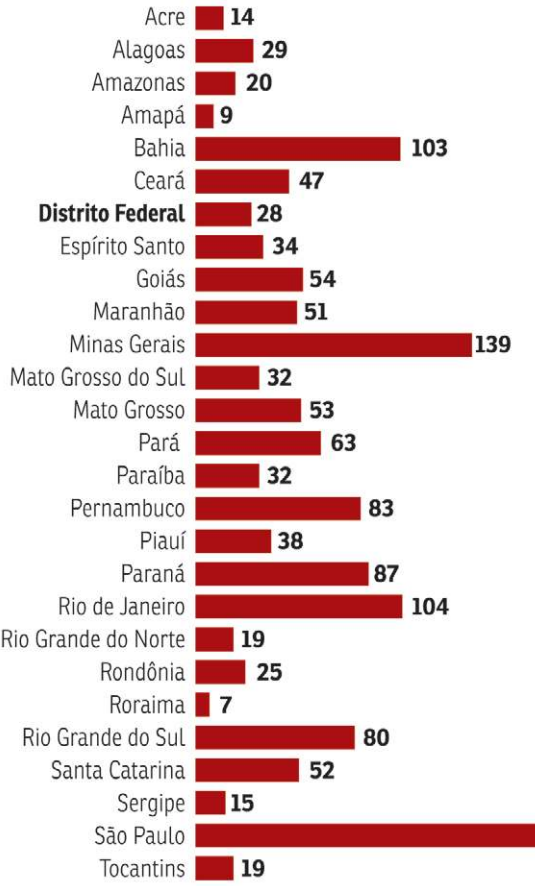
O advogado cita algumas medidas para prevenir o feminicídio. “O registro adequado da ocorrência, a

## Escalada da brutalidade

### VÍTIMAS MENSAIS



### VÍTIMAS POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO



Fonte: Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (Sinesp), do Ministério da Justiça e Segurança Pública

### MUNICÍPIOS COM MAIOR INCIDÊNCIA



Alagoas, Paraíba, Pernambuco e São Paulo ainda não atualizaram os dados de dezembro.



preservação de provas (mensagens, áudios, testemunhas), o pedido imediato de medidas protetivas de urgência e o fortalecimento de uma rede de apoio, são medidas que reduzem significativamente o risco de letalidade nas agressões”, disse.

Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública indicam a que maioria dos casos ocorre dentro da própria residência da vítima. Em cerca de 90% dos casos, o autor é parceiro ou ex-parceiro

íntimo. O uso de armas brancas (facas) e asfixia é muito comum, evidenciando a proximidade e a crueldade do agressor.

Para denunciar e buscar ajuda, existem canais específicos: Ligue 180 (Central de Atendimento à Mulher — serviço gratuito e anônimo que oferece orientação e encaminhamento para serviços de proteção); Ligue 190 (Polícia Militar — para situações de emergência e flagrante); Delegacias da

Mulher (Deam — unidades especializadas no atendimento a vítimas de violência doméstica); e Medidas protetivas (podem ser solicitadas para impedir que o agressor se aproxime da vítima, mesmo sem a existência de um processo criminal finalizado).

\*Estagiário sob a supervisão de Fabio Grecchi

» Leia mais na página 14



ALEXANDRE GARCIA

COMO A SABATINA DO SENADO CONSEGUIRIA PREVER QUE CANDIDATOS A MINISTRO DO SUPREMO NÃO TIVESSEM FORMAÇÃO ÉTICA E ACEITARIAM AÇÕES VINDAS DE ESCRITÓRIOS DE ADVOCACIA DE SEUS PARENTES, DISTANTES OU PRÓXIMOS?

## Demolição

Anteontem fez nove anos que o relator da Lava-Jato, ministro Teori Zavascki, foi morto em queda de avião em Parati (RJ). Na sua vaga, o presidente Michel Temer indicou Alexandre de Moraes. E foi sorteado o relator da Lava-Jato o ministro Edson Fachin, que entrara na vaga de Joaquim Barbosa.

Com Barbosa, a Lava-Jato era um marco do fim da impunidade no Brasil. O tempo passou e, no Supremo Tribunal Federal, foi jogada uma pá de cal na esperança dos brasileiros, caindo fichas-sujas. E sepulchros caídos ambulantes

continuaram agindo. A consequência é dolorosa para as instituições do Estado brasileiro.

O caso Master desaba sobre o Supremo e o Tribunal de Contas da União (TCU). A calíça se espalha pelo Judiciário e, do TCU, empoeira o Legislativo. A mídia relata crise nas instituições. Crise causada por integrantes dessas mesmas instituições, agentes públicos que não quiseram preservá-las, que não obedeceram os princípios da impessoalidade e da moralidade prescritos pela Constituição para o serviço público. Os interesses pessoais, as vaidades, as emoções e a ganância prevaleceram.

Para o Supremo, a Constituição

exige “notável saber jurídico e reputação ilibada”. Notável saber jurídico não é um saber jurídico acima da média. É um saber muito acima daqueles que estão acima da média. Avalia isso a sabatina do Senado? Quem foi reprovado duas vezes em exame para juiz e era nome desconhecido no meio jurídico, na academia, supostamente não passaria no vestibular do Senado. Mas passou e, agora, contribui fortemente para o desabamento do Supremo, num efeito dominó do desabar do Master.

E que reputação ilibada poderia a sabatina verificar? Como evitar alguém que não se declararia impedido de votar em causas

em que estivesse envolvido, como com o PT no Mensalão e na Lava-jato e, agora, nesse Master e o resort? (e sabe-se lá que pessoas e fatos foram postos sob lacre e sigilo.)

Como a sabatina do Senado conseguiria prever que candidatos a ministro do Supremo não tivessem formação ética e aceitariam ações vindas de escritórios de advocacia de seus parentes, distantes ou próximos? Alguns tão próximos quanto a proximidade conjugal, “uma só carne”.

Inaugurou-se a ética relativa. O contrato de R\$ 3,6 milhões/mês seria, em tempos de ética, impossível. Abre-se o vácuo ético. E a

origem do poder, o povo, percebe que há um sério risco para as instituições, porque os que as ocupam perderam a noção de moralidade. No TCU, que não é Judiciário mas auxiliar do Legislativo, um ex-deputado, sem formação em contas, agiu como advogado do Master, ameaçando o Banco Central. Um desastre que coloriu o TCU de ridículo.

Seria intencional essa demolição das instituições? Enfraquecê-las para dominá-las e implantar um regime de arbítrio — já tanto praticado no Supremo?

A despeito dos alertas do ministro Luiz Fux, de que o ativismo político exerce “ação deletéria”, Luís

## INTERNET

## Entidades cobram do X ação antiuso erótico de IA

A Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e a Secretaria Nacional do Consumidor (Senacom) — representando o Ministério da Justiça e Segurança Pública — e o Ministério Público Federal (MPF) apresentaram uma recomendação conjunta ao X (antigo Twitter) diante de denúncias sobre o uso do Grok. O assistente de inteligência artificial da rede tem sido utilizado por usuários para produzir conteúdos sintéticos de caráter sexualizado a partir de imagens de pessoas reais sem o consentimento delas.

A imprensa nacional e internacional têm reportado o uso da ferramenta para a criação dos chamados deepfakes, imagens falsas a partir de pessoas reais, com caráter sexualizado, erótico e com conotação pornográfica, envolvendo mulheres, crianças e adolescentes reais. “Dada a seriedade das ocorrências, elas podem impactar, de forma concomitante, a proteção de dados pessoais, as relações de consumo, a dignidade da pessoa humana e outros direitos difusos, coletivos e individuais indisponíveis, em especial de mulheres, crianças e adolescentes”, frisam as instituições.

O MPF, a ANPD e a Senacon deram até 27 de janeiro para a empresa informar a adoção de medidas técnicas, administrativas e de governança de dados para impedir que o Grok produza conteúdos que representem crianças e adolescentes em contextos sexualizados ou erotizados, ou de maiores de idade sem sua autorização. Isso vale para a manipulação de fotografias, imagens reais, vídeos ou arquivos de voz.

Caso a recomendação não seja acatada dentro desse prazo, as instituições dizem que poderão adotar as providências cabíveis, nas esferas administrativa e judicial, inclusive aquelas previstas no Marco Civil da Internet, no Código de Defesa do Consumidor e na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Também foi recomendada a suspensão imediata de contas envolvidas nesse tipo de produção, via Grok. ANPD, Senacom e MPF defenderam que essa suspensão seja feita continuamente e determinaram sua comprovação por meio de relatórios mensais apresentados pela empresa, “como evidência de cumprimento de seu dever de evitar a prática de condutas especialmente graves no ambiente digital que controla”.

Além disso, as instituições também recomendaram à empresa criar, em até 30 dias, procedimentos técnicos e operacionais claros e eficazes para identificar, revisar e remover conteúdo desse tipo que já tenham sido produzidos e ainda estejam disponíveis no X, quando gerados pelo Grok a partir de comandos dados por usuários.